



Nacional Comum

Leitura crítica BNC

Movimento pela Base Nacional Comum

Balanço preliminar – dezembro/2015

MOVIMENTO
PELA BASE
NACIONAL COMUM



O Movimento

O Movimento pela Base Nacional Comum

Grupo plural e diverso, não governamental, formado por profissionais e pesquisadores da educação que, desde 2013, atua para facilitar e acelerar a construção de uma base nacional comum de qualidade.

Quem faz parte?

Alex Canziani
Alejandra Velasco
Ana Inoue
Andrea Guida
André Stábile
Angela Dannemann
Anna H. Altenfelder
Anna Penido
Antônio A. Batista
Antonio Ibañez Ruiz
Artur Bruno
Beatriz Cardoso
Beatriz Ferraz
Carmem Neves
César Callegari
Cleuza Repulho
David Saad
Denis Mizne
Dianne Mello
Dorinha Rezende
Eduardo Deschamps
Egon Rangel
Fábio Meirelles
Francisco Cordão
Frederico Amâncio
Guiomar N. de Mello

Isabel Cristina Santana
Joane Vilela
João Roberto Costa
José Fernandes de Lima
Kátia Smole
Lúcia Couto
Lucila Ricci
Luiz Carlos Menezes
Magda Soares
Maria do Pilar Lacerda
Maria H. de Castro
Maria Inês Fini
Mário Jorge Carneiro
Mariza Abreu
Miguel Thompson
Mirela Carvalho
Mônica Pinto
Mozart N. Ramos
Naércio Menezes
Nilma Fontanive
Osvaldo T. da Silva
Patrícia Diaz
Patrícia Mota Guedes
Paula Louzano
Paulo Schmidt

Pedro Villares
Priscila Cruz
Raimundo Feitosa
Raph Gomes
Raul Henry
Ricardo Henriques
Ricardo Martins
Ricardo P. de Barros
Rodrigo Mendes
Ruben Klein
Simone André
Suely Menezes
Teresa Pontual
Tereza Perez
Thiago Peixoto
Vera Cabral

Apoio institucional:

Abave
Cenpec
Comunidade Educativa Cedac
Fundação Lemann
Fundação Roberto Marinho
Instituto Ayrton Senna
Instituto Inspirare
Instituto Natura
Instituto Unibanco
Todos Pela Educação
Undime

Principais contribuições

- ✓ Pactuação de princípios a serem observados na construção da Base Nacional Comum
- ✓ Produção de mais de 25 documentos de referência (pesquisas inéditas; estudos de caso; traduções de documentos internacionais)
- ✓ Engajamento dos principais atores do setor no debate público sobre o assunto
- ✓ Realização de eventos estratégicos para ampliação do conhecimento sobre o tema
- ✓ Parcerias internacionais para qualificação técnica do debate
- ✓ Realização de leituras críticas do documento preliminar, com diagnóstico de pontos críticos e propostas de como melhorar

Contexto

O Movimento comemora o fato de o Brasil ter superado a fase de discutir se precisa ou não ter uma Base. Agora, entramos na discussão de **que Base é essa.**

A qualidade do documento é inegociável. Por isso, com diferentes metodologias de consulta, o Movimento pela Base ouviu especialistas das áreas do conhecimento, professores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas e privadas, além de especialistas nacionais e internacionais em currículo, para levantar quais são os principais pontos críticos do documento preliminar que ainda precisam avançar em uma 2ª versão.

Acreditamos que é importante **dialogar com o processo estabelecido** para a construção do documento. E, ainda que o Movimento veja a necessidade de realizar mudanças significativas, entendemos que **é possível chegar a um documento final de qualidade**, a partir do primeiro rascunho.

Portanto, procuramos **fazer críticas construtivas e propostas concretas** do que pode ser melhorado entre esta versão preliminar e a versão final da Base Nacional Comum.

Os pontos a seguir são um resumo de todas as frentes de leitura crítica realizadas pelo Movimento. Os relatórios completos serão em breve publicados neste site.

Leitura crítica BNC

Pontos de atenção – resumo

Leitura crítica BNC

Pontos de atenção identificados no documento preliminar

1. Coerência: falta clareza sobre os princípios norteadores da Base e é preciso ser mais explícito sobre os critérios usados para fundamentar determinadas escolhas. Há inconsistências entre o que dizem os textos introdutórios e os objetivos de aprendizagem.

2. Progressão: é necessário mostrar com mais clareza a evolução do grau de complexidade das habilidades que os alunos devem desenvolver ano a ano. Deve haver ainda maior coerência no sequenciamento dos objetivos ao longo dos anos e entre as áreas do conhecimento.

3. Foco no essencial: o documento está muito extenso. É preciso enxugá-lo, garantindo que realmente foque nas aprendizagens essenciais para todos. Há ainda a necessidade de ter maior clareza sobre quanto tempo, de fato, os objetivos ocupam (e dar maior precisão para o debate sobre a divisão 60-40%, que não está clara).

4. Desenvolvimento integral: apesar de valorizar em sua introdução a “sociabilidade, curiosidade, atitudes éticas”, entre outras habilidades, a versão preliminar da BNC não avança nessa direção. Será necessário incorporar capacidades essenciais associadas ao Desenvolvimento Integral, de forma integrada ou suplementar aos demais conhecimentos e habilidades.

Leitura crítica BNC

Pontos de atenção identificados no documento preliminar

5. Ensino Médio: o documento atual não dialoga com iniciativas já em curso nos estados, que buscam flexibilizar o EM. A expectativa é de que uma revisão da BNC resulte em um documento mais enxuto e que viabilize percursos diferentes para os alunos, permitindo escolhas e trilhas diversas – inclusive técnicas e profissionais.

6. Ed. Infantil: o documento atribui pouca ênfase a intencionalidade educativa e acaba deixando muito genérica a compreensão de quais são efetivamente as aprendizagens presentes em cada um dos objetivos formulados. Somada a essa preocupação, a ausência de intencionalidades e orientações educativas específicas para as faixas etárias de 0 a 3 anos e de 3 a 5 anos também não contribui para a atuação do professor em vistas a promoção do desenvolvimento e das aprendizagens almejadas. Por fim, destaca-se a importância de incorporar elementos do desenvolvimento da linguagem oral e escrita desde a educação infantil, criando as bases para o trabalho de alfabetização no ensino fundamental - além de iniciar também a abordagem de elementos de outras áreas do conhecimento: científico, matemático, conhecimento de mundo.

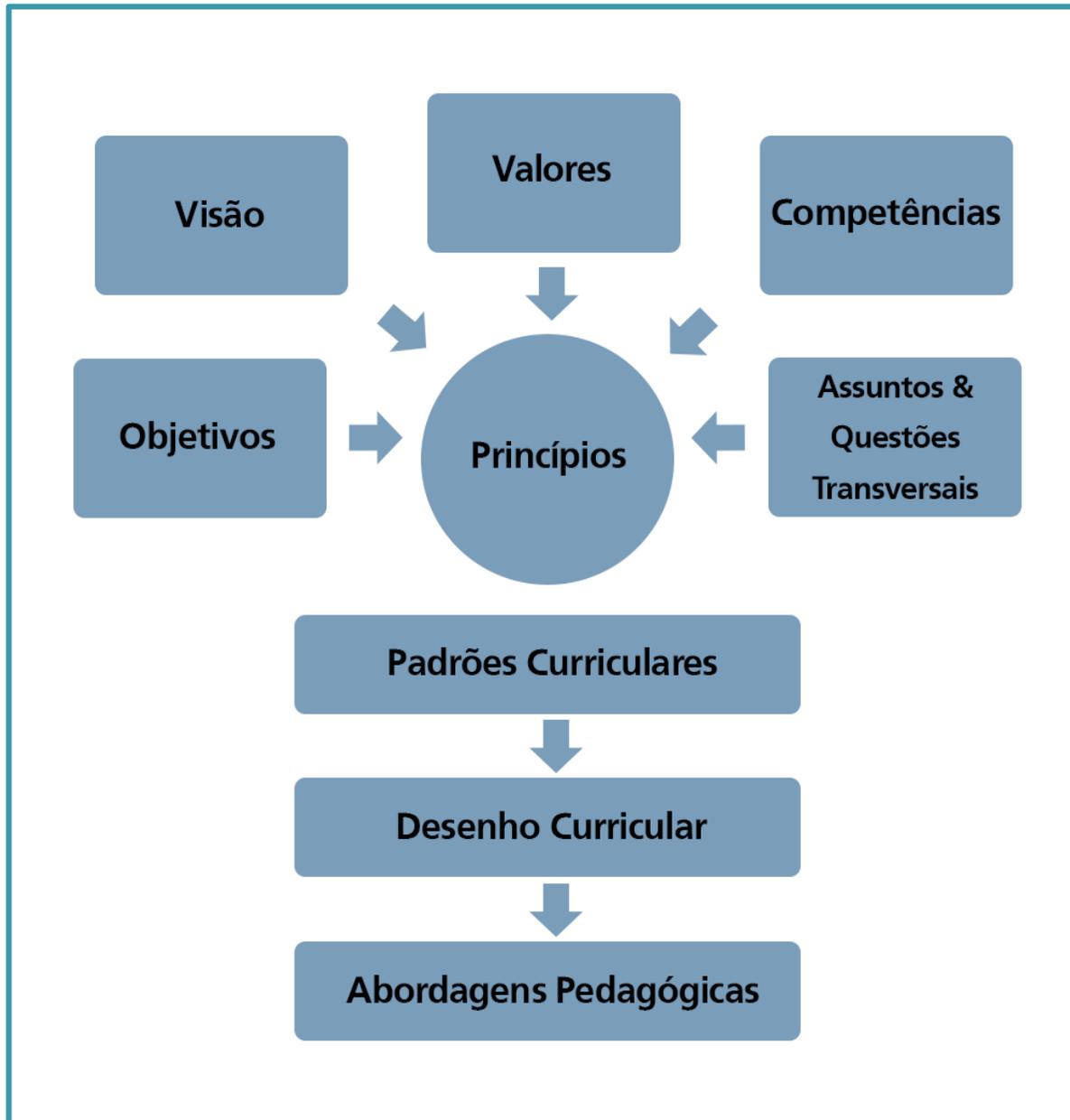
7. Alfabetização: foram identificados problemas de rigor, clareza e progressão nos objetivos de aprendizagem de Língua Portuguesa dos três primeiros anos do ensino fundamental. Dado que o ciclo de alfabetização é decisivo para todo o processo de aprendizagem, recomenda-se grande atenção e foco na revisão deste conjunto de objetivos.

Leitura crítica BNC

Pontos de atenção – detalhamento, exemplos e propostas

1. Coerência

Por que é importante?



- ✓ Deixa claro o propósito do documento
- ✓ Assegura que os objetivos gerais da Base estejam refletidos nos objetivos de aprendizagem
- ✓ É um guia para que os especialistas responsáveis pela redação da Base decidam sobre o que deve ou não entrar (facilitando o enxugamento)

Em outros países, o texto introdutório é organizado em categorias claras. É possível perceber uma conexão muito mais direta entre a visão e os objetivos gerais explicitados na abertura do documento e os objetivos de aprendizagem descritos para cada disciplina.

Categorias usadas por diferentes países para apresentar seus padrões curriculares

Austrália

- Justificativa
- Objetivos gerais
- Ideias chave
- Estrutura
- Diversidade dos estudantes
- Capacidades gerais
- Temas transcurriculares

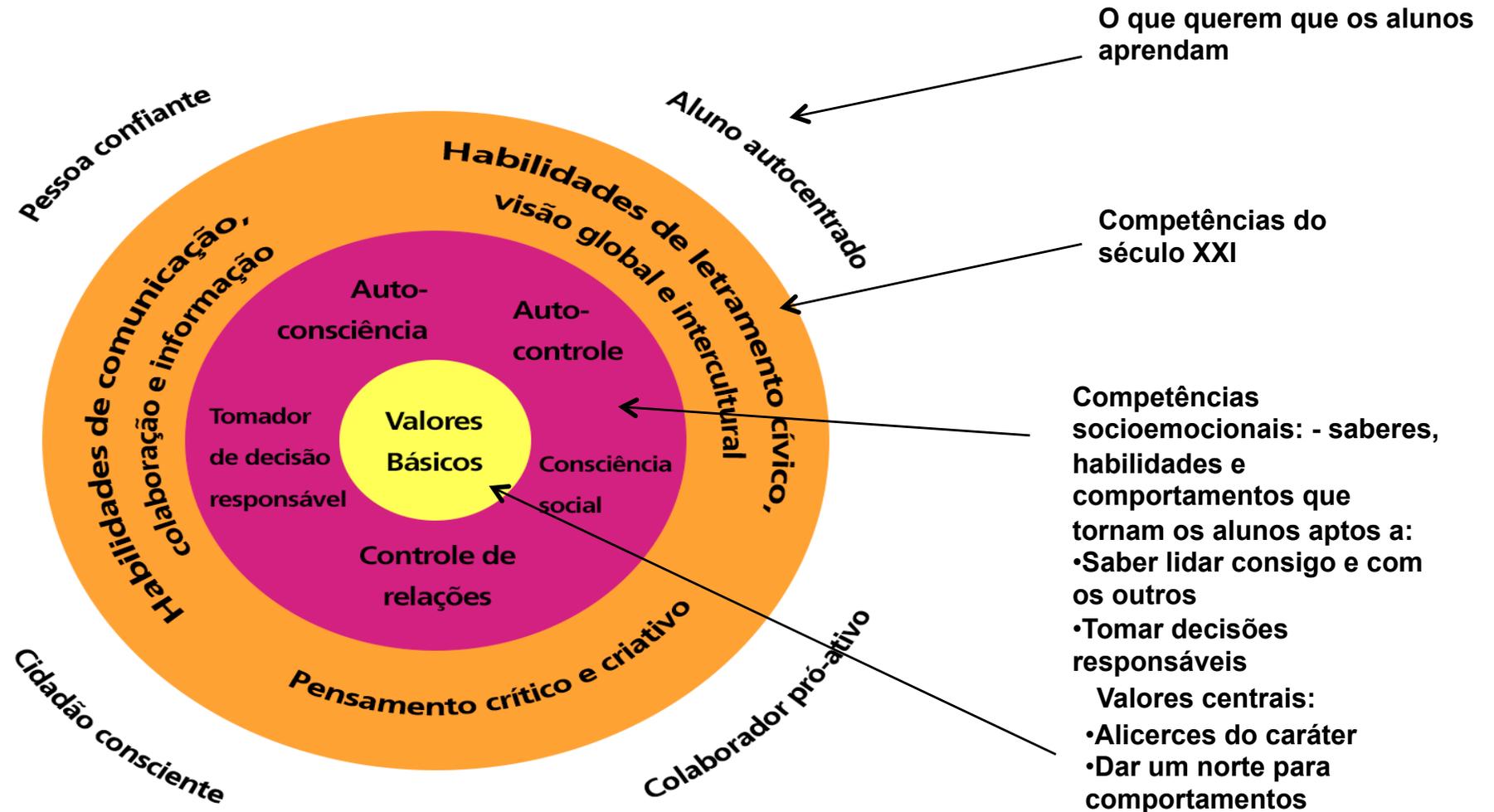
Canadá

- Visão
- Missão
- Objetivos gerais da educação
- Expectativas gerais das disciplinas
- Expectativas específicas das disciplinas, por áreas

Cingapura

- Resultados esperados da educação
- Competências para o século 21
- Competências socioemocionais
- Valores centrais

Representação visual da concepção dos padrões curriculares de Cingapura

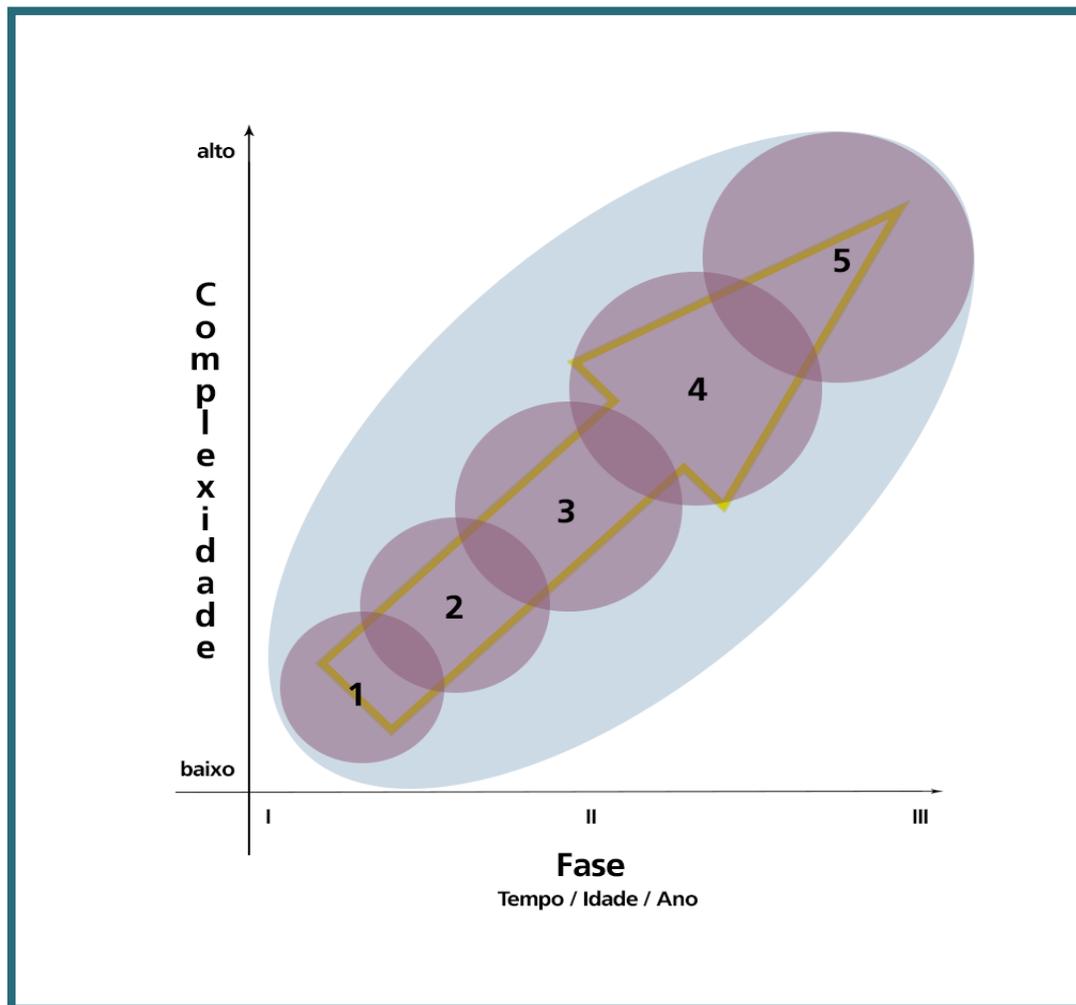


Propostas para melhorar a coerência na BNC

- ✓ O documento introdutório da Base Nacional Comum deve explicitar com clareza as seguintes categorias: Justificativa; Visão; Objetivos gerais; Valores; Competências chave; Temas integradores
- ✓ Garantir o alinhamento entre os textos introdutórios (objetivos gerais da Base) e os textos dos campos de experiência (Ed. Infantil), das áreas de conhecimento e componentes curriculares. Estes textos devem ter uma estrutura comum a todas as áreas e incluir orientação para os professores sobre como cada componente se relaciona com os objetivos gerais da Base.
- ✓ Garantir que as premissas de alinhamento do documento à legislação nacional estejam claras e explícitas
- ✓ Incluir glossário para o vocabulário utilizado, deixando mais clara, por exemplo, a distinção entre Base Nacional Comum e currículo
- ✓ Utilizar, nos textos introdutórios, recursos visuais como gráficos e tabelas para facilitar compreensão do encadeamento do documento

2. Progressão

Por que é importante?



- ✓ Uma Base com progressão bem definida e consistente garante desafios apropriados para cada fase do desenvolvimento do aluno e o aprendizado profundo e contínuo ao longo da vida escolar
- ✓ Ajuda a integrar as diferentes áreas do conhecimento, de forma coerente

Progressão vertical (dentro de cada área)

Exemplos de problemas encontrados na BNC

✓ Sequenciamento

Em Matemática: O objetivo do 9º ano MTMT9FOA005 (“*Determinar a distância entre dois pontos quaisquer e o ponto médio de um segmento de reta localizado no plano cartesiano, sem o uso de fórmulas*”) requer que os estudantes tenham algum conhecimento sobre o Teorema de Pitágoras. Mas este só é introduzido na Base no 1º ano do Ensino Médio (MTMT1MOA004).

Progressão vertical (dentro de cada área)

Exemplos de problemas encontrados na BNC

✓ Sequenciamento

Em Língua Portuguesa: vários objetivos de aprendizagem têm redação muito parecida ou igual de um ano pro outro (Ex. 1: LILP6FOA003: *“Relatar oralmente o enredo de obras literárias menos extensas, como contos, lendas, fábulas, mitos, reconstituindo coerentemente a sequência narrativa”*; LILP7FOA003: *“Relatar oralmente o enredo de obras literárias mais extensas, como novelas e romances, reconstituindo coerentemente a sequência narrativa”*); (Ex. 2: LILP3FOA001 e LILP4FOA001: *“. Relatar, com objetividade, episódios vividos ou conhecidos, respeitando a ordem de apresentação dos fatos, selecionando temas principais e secundários”*) Com isso, não há clareza sobre a progressão de aprendizagem (quando há diferença na redação, como no primeiro exemplo, a indicação existente é de gênero literário e tamanho das obras a serem lidas e não em relação à complexidade textual).

Progressão vertical (dentro de cada área)

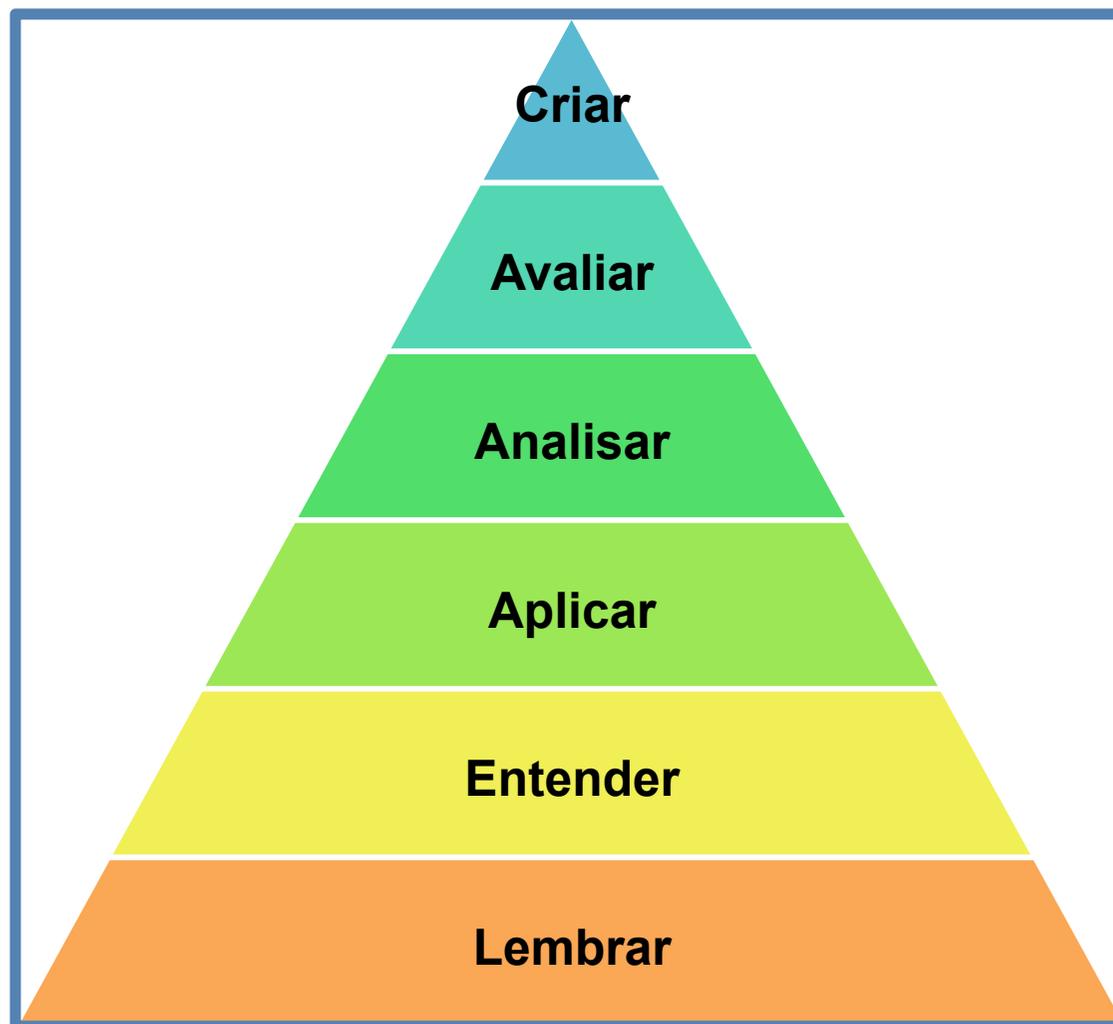
Exemplos de problemas encontrados na BNC

✓ Estrutura

Em Ciências: o fato de que cada ano escolar inclui apenas três das seis unidades de conhecimento previstas significa que cada uma dessas unidades é vista pelos estudantes de forma muito espaçada. Este grande intervalo entre o momento em que os alunos veem e reveem uma determinada unidade pode levar ao esquecimento de assuntos estudados anteriormente e, portanto, tornar difícil que os alunos consigam adquirir novos conhecimentos a partir de conhecimentos prévios. Por exemplo, a unidade do conhecimento “Materiais, Substâncias e Processos” é vista no 1º e no 2º ano e, depois, só é retomada no 5º ano.

Propostas para melhorar a progressão na BNC

- ✓ Padronizar os verbos usados na redação dos objetivos de aprendizagem, garantindo desenvolvimento de habilidades de nível superior para alunos de todas as idades (*como mostra ao lado, o exemplo da taxonomia de Bloom revisada*)
- ✓ Incluir indicadores de complexidade textual em Língua Portuguesa
- ✓ Revisar a progressão horizontal entre as áreas (se estão alinhadas as habilidades que dependem de aprendizagens de outros componentes curriculares para serem desenvolvidas ou as que são complementares e podem ser trabalhadas de maneira coordenada entre as áreas).



3. Foco no essencial

Por que é importante?

- ✓ Para permitir uma implementação efetiva da Base nas salas de aula. A percepção de professores e especialistas consultados é de que há um “inchaço” do documento preliminar da BNC, incompatível com a carga horária disponível nas escolas. O excesso de objetivos de aprendizagem impede um trabalho aprofundado com aquilo que é essencial, resultando em um currículo que cobre muitos tópicos, mas todos eles de forma superficial.
- ✓ Ainda há grande confusão em relação à diretriz de que a Base deve representar 60% dos currículos locais (com 40% de “parte diversificada” que deverá ser definida pelos sistemas). Para que estados e municípios possam se apropriar do documento e trabalhar seus currículos a partir da Base, é fundamental que esse ponto esteja mais claro.

Exemplos de outros países: Austrália

“Em todos os anos, o currículo é escrito de forma que não tome mais do que 80% do tempo total de aula disponível nas escolas (...) O conteúdo do currículo australiano, em todas as áreas, deve ser ‘ensinável’ dentro do tempo que a Acara define para os redatores do documento, para evitar sobrecarga e para permitir a inclusão de outros conhecimentos”.

Tabela 1: Indicação de Tempo para os Redatores

Área de Aprendizado	Assunto	Pré-Escola	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5	Grau 6	Grau 7	Grau 8	Grau 9	Grau 10
Inglês		27%	27%	27%	22%	22%	20%	20%	12%	12%	12%	12%
Matemática		18%	18%	18%	18%	18%	16%	16%	12%	12%	12%	12%
Ciências		4%	4%	4%	7%	7%	7%	7%	10%	10%	12%	12%
Humanidades e Ciências Sociais	História	2%	2%	2%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%	5%
	Geografia	2%	2%	2%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%*	5%*
	Economia e Negócios		-				2%	2%	2%	2%	5%*	5%*
	Civismo e Cidadania				2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%*	2%*
Artes		4%	4%	4%	5%	5%	5%	5%	8%	8%	8%*	8%*
Saúde e Educação Física		8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%
Linguagens		equivalente a 5% por ano							8%	8%	8%*	8%*
Tecnologias	Design e Tecnologia	2%	2%	2%	4%	4%	6%	6%	8%	8%	4%*	4%*
	Tecnologias Digitais										4%*	4%*
PORCENTAGEM DO TOTAL DE TEMPO ALOCADO		72%	72%	72%	79%	79%	79%	79%	80%	80%	49%	49%
PORCENTAGEM DO TOTAL DE TEMPO NÃO ALOCADO		28%	28%	28%	21%	21%	21%	21%	20%	20%	51%	51%

Exemplos de outros países: Estados Unidos

“Mais enxuto, claro e rigoroso”

“Uma das metas do processo de construção do *Common Core* foi produzir padrões curriculares mais enxutos, mais claros e mais rigorosos. É fundamental que qualquer padrão curricular seja ‘traduzível’ e ‘ensinável’ em sala de aula. Para isso, os padrões devem cobrir apenas os aspectos considerados críticos para o sucesso dos alunos. Isso significou fazer escolhas difíceis sobre o que entra no documento; no entanto, essas escolhas foram muito importantes para garantir que os padrões efetivamente chegassem nas salas de aula”.

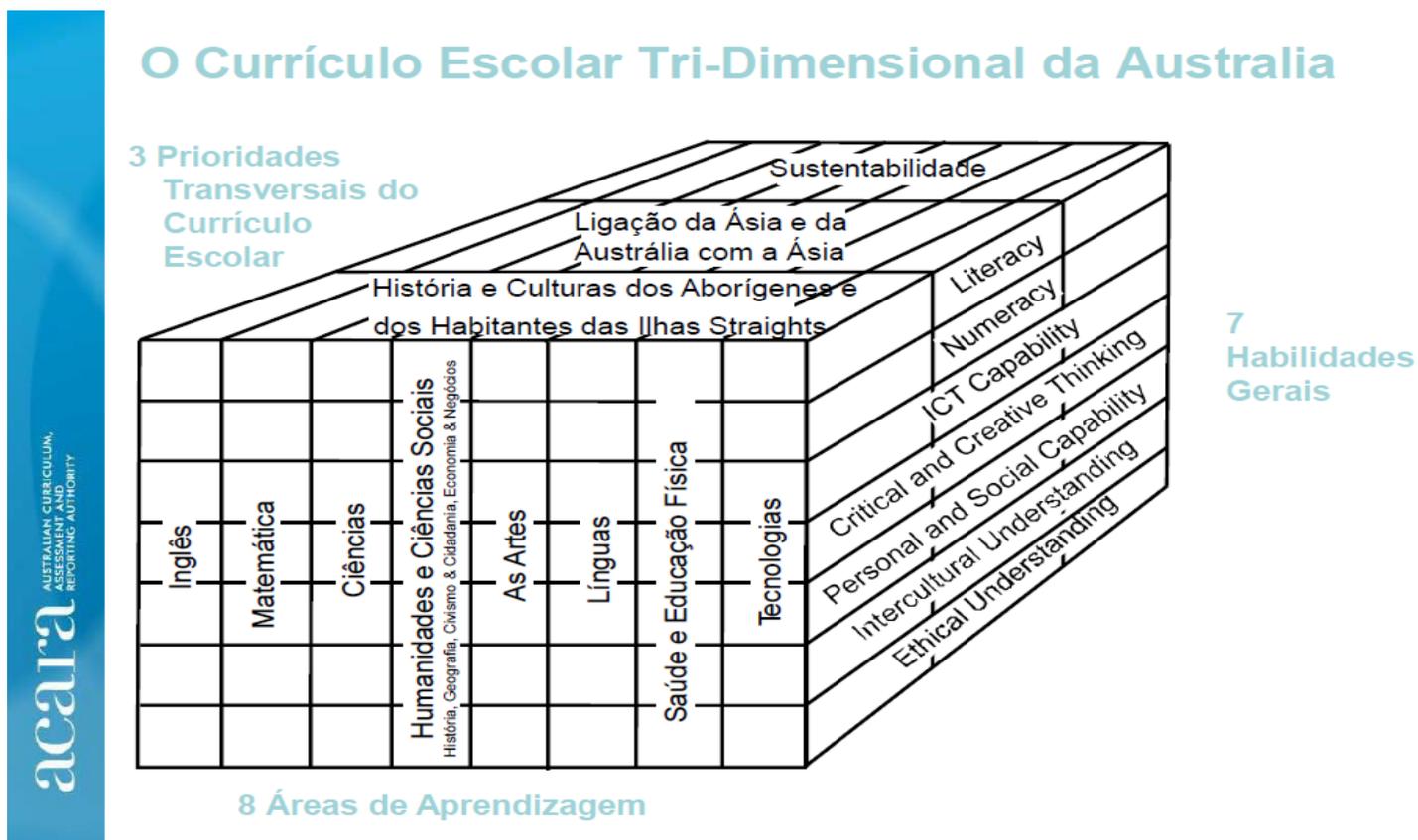
4. Desenvolvimento integral

Por que é importante?

- ✓ Uma das principais finalidades da educação brasileira é promover o pleno desenvolvimento (físico, intelectual, social, emocional e simbólico) do aluno. Assim, é preciso assegurar que a Base contemple aprendizagens associadas a estas dimensões, em uma perspectiva integral.
- ✓ O currículo que favorece um desenvolvimento pleno se contrapõe a uma aprendizagem focada exclusivamente em conteúdos, compartimentada e, portanto, promove uma maior integração entre a escola e a realidade vivida pelos alunos
- ✓ Evidências mostram que capacidades como essas estão relacionadas à melhoria do aprendizado, da equidade e superação de vulnerabilidades.

Exemplos de outros países: Austrália

Sistemas educacionais bem sucedidos como Austrália, Cingapura e Finlândia contam com currículos orientados por competências. Na Austrália, por exemplo, além de 11 disciplinas, são incorporadas 7 “capacidades gerais” que são consideradas essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos.



Propostas para incorporar o desenvolvimento integral à BNC

- ✓ Priorizar as seguintes capacidades essenciais, que devem permear o conteúdo da BNC, de forma integrada ou suplementar aos demais conhecimentos e habilidades: autoconhecimento e autocuidado; pensamento crítico; criatividade e inovação; abertura às diferenças e apreciação da diversidade; sociabilidade; responsabilidade; determinação
- ✓ As áreas e disciplinas curriculares devem ser compreendidas a partir da sua contribuição à formação integral dessas capacidades essenciais associadas ao desenvolvimento integral dos estudantes. Trata-se, portanto, de uma responsabilidade compartilhada por todos os agentes da educação.
- ✓ Esta proposta deve ser explicitada no texto introdutório da Base e no texto da Educação Infantil. Além disso, deve orientar a apresentação das Áreas do Conhecimento, explicitando a contribuição formativa de cada uma e a evolução do desenvolvimento dessas capacidades nas diferentes etapas. Os objetivos de aprendizagem devem refletir essa visão

5. Ensino Médio

Por que é importante?

- ✓ O Ensino Médio é o ciclo que apresenta atualmente os **piores resultados**:
 - apenas metade dos jovens conclui o EM na idade certa (até os 19 anos);
 - 17% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola;
 - cerca de 20% dos jovens de 15 a 24 anos não estudam e nem trabalham;
 - o Ideb de 2013 demonstrou estagnação na aprendizagem nesta etapa, com média nacional de 3,7 (igual a de 2011 e abaixo da meta);
 - 8% dos estudantes brasileiros de EM estão matriculados em programas de ensino vocacional e técnico. A média da OCDE é de 46%.
- ✓ Diante desse cenário, o país vem discutindo há alguns anos a necessidade de uma reforma estrutural no EM, que incorpore a promoção de aprendizagens mais significativas para todos os alunos e que viabilize diferentes trajetórias e percursos formativos (inclusive de nível técnico). **A versão preliminar da BNC não dialoga com essas iniciativas e cristaliza um modelo único de EM para todos os alunos.**

Exemplos de outros países: Austrália

- ✓ A parte comum do Currículo Australiano engloba os primeiros 10 anos da educação básica. Nos dois últimos anos, os alunos podem escolher cursos de 15 disciplinas diferentes, de acordo com as regras e oferta de cada estado:

“O currículo do ciclo ‘senior secondary’ oferece aos alunos mais oportunidades de fazer escolhas sobre os caminhos que querem seguir na vida escolar e para além dela. Essas escolhas são baseadas no sucesso acadêmico prévio e na satisfação individual, em opções futuras de formação e emprego (...). Este currículo oferece mais oportunidades de especialização, incluindo o caminho acadêmico regular e opções certificadas de formação vocacional”.

“O currículo para cada disciplina é organizado em quatro unidades (...). Cada unidade pode ser ensinada em meio ano letivo. (...) Cada estado define arranjos flexíveis para atender aos interesses e necessidades de seus alunos. Por exemplo, os alunos podem completar uma unidade de cada disciplina ou fazer duas ou quatro unidades de uma mesma disciplina”.

Fontes: http://www.acara.edu.au/verve/resources/the_shape_of_the_australian_curriculum_v4.pdf

Exemplos de outros países: Inglaterra

3. Currículo Nacional da Inglaterra				
3,5.	A estrutura do currículo nacional, com relação às matérias obrigatórias em cada fase, é definida na tabela abaixo:			
<i>Figure 1 – Estrutura do Currículo Nacional</i>				
	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
Idade	5 – 7	7 – 11	11 – 14	14 – 16
Grupo de Anos	1 – 2	3 – 6	7 – 9	10 – 11
Matérias Centrais				
Inglês	✓	✓	✓	✓
Matemática	✓	✓	✓	✓
Ciências	✓	✓	✓	✓
Matérias Básicas				
Arte e Design	✓	✓	✓	
Cidadania			✓	✓
Computação	✓	✓	✓	✓
Design e Tecnologia	✓	✓	✓	
Linguagens ³		✓	✓	
Geografia	✓	✓	✓	
História	✓	✓	✓	
Música	✓	✓	✓	
Educação Física	✓	✓	✓	✓

Etapa 4

“As artes, design e tecnologia, humanidades (geografia e história) e língua estrangeira moderna não são disciplinas obrigatórias no currículo nacional depois dos 14 anos, mas todos os alunos têm o direito de estudar uma disciplina em cada uma dessas quatro áreas.

Os requisitos obrigatórios em relação a esse direito são: as escolas devem oferecer acesso a pelo menos um curso em cada uma das 4 áreas; as escolas devem oferecer a todos os alunos a oportunidade de fazer cursos nas 4 áreas” (...).”

Propostas para o Ensino Médio

- ✓ **Foco no essencial.** Os objetivos de aprendizagem devem ser enxugados de forma a se ater ao essencial, assim a Base pode ser trabalhada com a profundidade necessária e dentro do tempo definido para cada etapa.
- ✓ **Exequibilidade.** As discussões mais atualizadas sobre o tema sugerem que os sistemas de ensino definam o tempo da carga horária obrigatória que a BNC deverá ocupar, desde que mantendo-se entre 50% e 75% das 2400 horas do Ensino Médio.
- ✓ **Flexibilidade.** A Base deverá contemplar a possibilidade das redes de ensino organizarem os objetivos de aprendizagem ao longo da etapa, de forma a atender às especificidades de cada rede.
- ✓ **Viabilização de diferentes percursos.** A Base deverá se articular com um modelo de Ensino Médio flexível, com trajetórias diversificadas e diferentes percursos formativos - inclusive contemplando áreas de conhecimento e o ensino técnico profissionalizante e aberto à qualificação profissional.

6. Educação Infantil

Principais propostas para a Ed. Infantil

✓ **Explicitar as especificidades das aprendizagens dos bebês e crianças pequenas, pois há intencionalidades educativas específicas nas atividades desenvolvidas nas diferentes etapas da infância.** *“O processo de aprendizagem é um processo psicológico com restrições evolutivas importantes. Ou seja, é fundamental considerar quais elementos são importantes de se aprender em cada etapa da vida. Com base em evidências empíricas cada etapa, deve ser explicitada com maior especificidade.”* (Laboratório de Educação).

Essa diferenciação pode se dar nos campos de experiências, nos objetivos de aprendizagem ou na orientações, trabalhando com uma abordagem que diferencie as aprendizagens para crianças de 0 a 2 anos e crianças de 3 a 5 anos e 11 meses. Vale ressaltar que não há a intenção de segmentar a educação infantil, mas, sim, auxiliar o professor no entendimento dos objetivos da Base. A intencionalidade educativa é a responsável pela mediação do professor e portanto promove nortes para a formação docente que garantem a realização dos objetivos. Tornar mais evidente e dar pistas para a mediação docente pode ser um diferencial importante da BNC rumo à sua concretização..

Principais propostas para a Ed. Infantil

✓ **Tornar os objetivos mais precisos, intencionais e autoexplicativos.**

“Sabemos que se trata de um documento curricular e não do detalhamento para implementação. No entanto, se a BNC não oferecer os subsídios necessários para a compreensão do encadeamento entre os conteúdos e sua gradação terá bastante reduzidas suas chances de influência sobre as práticas de ensino... A excessiva generalidade dos objetivos e a sua falta de gradação e hierarquização não orientam às práticas desejadas de enriquecimento do desenvolvimento da linguagem que precisam, em especial, as crianças de famílias com baixo nível socioeconômico e os próprios educadores que com elas interagem”. (Laboratório de Educação).

Seria também importante mencionar exemplos a respeito de como os objetivos podem ser colocados em prática, pensando que o professor é um dos destinatários deste documento”. *(Laboratório de educação)*

Principais propostas para a Ed. Infantil

- ✓ **Incluir o direito de aprender na Educação Infantil.** É importante incluir nos objetivos a palavra aprender, ou acrescentá-las na lista de direitos. Não podemos negar que há aprendizagem e desenvolvimento ao longo de toda a infância. Ainda nesse contexto, consideramos importante iniciar a abordagem a elementos das diferentes áreas do conhecimento desde a Educação Infantil, garantindo a conexão com o Ensino Fundamental I de modo mais claro: conhecimento de mundo, científico, matemático, linguagens.
- ✓ **Explicitar o valor da brincadeira.** É importante destacar a diferença da brincadeira como um direito da criança considerando o papel fundamental que ela tem no seu desenvolvimento mas, é importante também, destacar a diferença da brincadeira espontânea das crianças das situações lúdicas organizadas pelos educadores que ocorrem em torno de uma intencionalidade pedagógica. Essa diferenciação é fundamental na compreensão de que na educação infantil é preciso garantir tempo para brincadeiras como o faz de conta, o brincar exploratório dos bebês como também é necessário garantir atividades propostas intencionalmente pelo educador que consideram o caráter lúdico, que valorizam a curiosidade da criança, a sua ação investigativa sobre o mundo que a cerca..

Principais propostas para a Ed. Infantil

✓ Explicitar objetivos de aprendizagem relativos à linguagem oral e escrita

“Não se considerou o interesse, a vontade de ler e escrever da criança da Educação Infantil. Ou se concluiu, erroneamente, que seu desenvolvimento não o permite. Ignorou-se o importante processo de conceitualização da escrita realizado pelas crianças de 4 a 5 anos, especialmente, conforme teóricos como Emília Ferreiro, Vygotsky e Luria comprovaram”.
(Magda Soares)

“De 0 a 5 anos acontece uma coisa fundamental que é a aquisição da linguagem e da fala. E não há nada a esse respeito (na Base). Por isso, precisamos deixar mais claro quais são as aquisições que a criança precisa fazer nesse campo: no vocabulário, no campo sintático e mesmo no desenvolvimento da linguagem”. (Antonio Augusto Batista)

Exemplos:

- Assegurar a participação das crianças nas práticas sociais de uso da linguagem e da escrita, na escola, favorecendo o contato com e a exploração de diversos objetos portadores de texto;
- Garantir uma massa crítica de vocabulário considerando que este é um princípio cognitivo geral que criará as condições necessárias para aprendizagens subsequentes;
- indicar o trabalho com o nome próprio como situação potente relacionada ao reconhecimento, a identificação e o uso da língua através dessas palavras no cotidiano escolar, favorecendo a familiarização das crianças com as letras do alfabeto, suas características e funções. (Laboratório de Educação)

Principais propostas para a Educação Infantil

✓ **Incluir o cuidar como campo de experiência e nos objetivos de aprendizagem em toda a Educação Básica.** O Instituto Avisa Lá destaca que ser cuidado e cuidar de si e do outro é um direito da criança. A proposta deve considerar a ideia de que cuidar transcende a questão de higiene e cuidado com o corpo e inclui as dimensões estéticas, éticas e culturais e deve atravessar todas as experiências das crianças. A demanda por cuidar segue ao longo do desenvolvimento do sujeito, mesmo mais velho, e seria importante que este aspecto não se restringisse apenas à Educação Infantil, mas fosse pensado para toda a Educação Básica.

7. Alfabetização

Principais propostas para a Alfabetização

✓ **Aprimorar a transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental**

Há uma diferença de perspectiva entre o trabalho com a linguagem descrito para a Educação Infantil e aquele proposto para o Ensino Fundamental. É preciso, portanto, melhorar a coerência e a integração entre os segmentos, promovendo que:

os campos de experiências propostos para a Educação Infantil apresentem relações claras com as áreas do conhecimento consideradas no Ensino Fundamental e, especialmente, que o desenvolvimento dos saberes relativos à linguagem oral e escrita, iniciado na Educação Infantil, conecte-se explicitamente com o ciclo de alfabetização no Ensino Fundamental; considere-se, no Ensino Fundamental, os aspectos da visão de infância priorizada na Educação Infantil; garanta-se a continuidade do percurso das brincadeiras em todo o primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Principais propostas para a Alfabetização

✓ **Dar maior clareza, relevância e foco aos objetivos de aprendizagem**

As orientações para os professores precisam deixar mais claras as aprendizagens esperadas, de forma que ele possa melhor compreender o que terá que fazer e com qual finalidade. Sugestões para isso incluem retirar dos objetivos de aprendizagem expressões como “entre outros”; reescrever objetivos que estão formulados como atividades e que estão misturando, inclusive, distintas metodologias e concepções de ensino e aprendizagem;

Ampliar a variedade de gêneros textuais sugeridos para serem trabalhados com os alunos e o tempo em que essas aprendizagens são promovidas;

Aprimorar a abordagem à análise linguística, prevendo maior aprofundamento de questões como revisão e pontuação;

Promover acesso a fontes originais de conhecimento, sem restrição a temas regionais ou infantilizados.

Principais propostas para a Alfabetização

✓ Melhorar a progressão:

Eliminar repetições presentes na Base. Ao invés de se repetir o mesmo objetivo ou apenas explicitá-lo um pouco mais a cada ano, sugere-se complexificá-lo, ou seja, prever e descrever, para cada ano, uma progressão de aprendizagens.

Criar uma estrutura de continuidade para os objetivos de aprendizagem considerando, por exemplo, os níveis de complexidade dos textos a cada ano da escolaridade. Uma sugestão neste sentido é disponibilizar um documento de apoio, com um quadro que apresente e distribua os gêneros textuais a cada ano, incluindo orientações ao professor relativas aos critérios de seleção de textos.

Créditos

Colaboraram com as discussões temáticas as seguintes
pessoas e organizações:

Coerência e progressão

Ana Inoue, Eliane Aguiar, Guiomar Namó de Mello, Luis Carlos Menezes, Maria Inês Fini, Patrícia Diaz, Tereza Perez, Vera Cabral.

Elaboração do relatório: Dave Peck, Michaela Horvathova e Vera Cabral.

Desenvolvimento Integral

Aprendiz, Asec, Avante, CEDAC, Cenpec, Centro de Referências em Educação Integral, Eleva Educação, Escola Teia Multicultural, Fundação Itaú Social, Fundação SM, Instituto Ayrton Senna, ICE, Insper, Instituto C&A, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Paulo Montenegro, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Unibanco, Mathema, MindLab, SBPC, SEDUC-RJ, Universidade Federal do Sul da Bahia, USP, Vila Educação.

Elaboração do relatório: Centro de Referências em Educação Integral, Instituto Ayrton Senna e Instituto Inspirare.

Educação Infantil

Anna Helena Altenfelder, Antonio Batista, Avisa Lá, Beatriz Ferraz, CEDAC, CENPEC, Escola da Vila, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Laboratório de Educação, Magda Soares, Telma Weisz, Todos Pela Educação.

Elaboração do relatório: Ana Claudia Rocha, Maria Esther Soub, Patrícia Sampaio e Elisângela Fernandes.

Alfabetização

Anna Helena Altenfelder, Antonio Batista, Avisa Lá, Beatriz Ferraz, CEDAC, CENPEC, Escola da Vila, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Laboratório de Educação, Magda Soares, Telma Weisz, Todos Pela Educação.

Elaboração do relatório: Ana Claudia Rocha, Maria Esther Soub, Patrícia Sampaio e Elisângela Fernandes.

Ensino Médio

Claudio de Moura Castro, Consed, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, Mariza Abreu, Mozart Ramos, Paula Louzano, Pilar Lacerda, Ricardo Martins, Simon Schwartzman.

Elaboração do relatório: Instituto Unibanco e Itaú BBA.

A sistematização das principais recomendações surgidas nas discussões temáticas foi feita pelo Movimento pela Base Nacional Comum.

Para mais informações:

www.movimentopelabase.org.br